

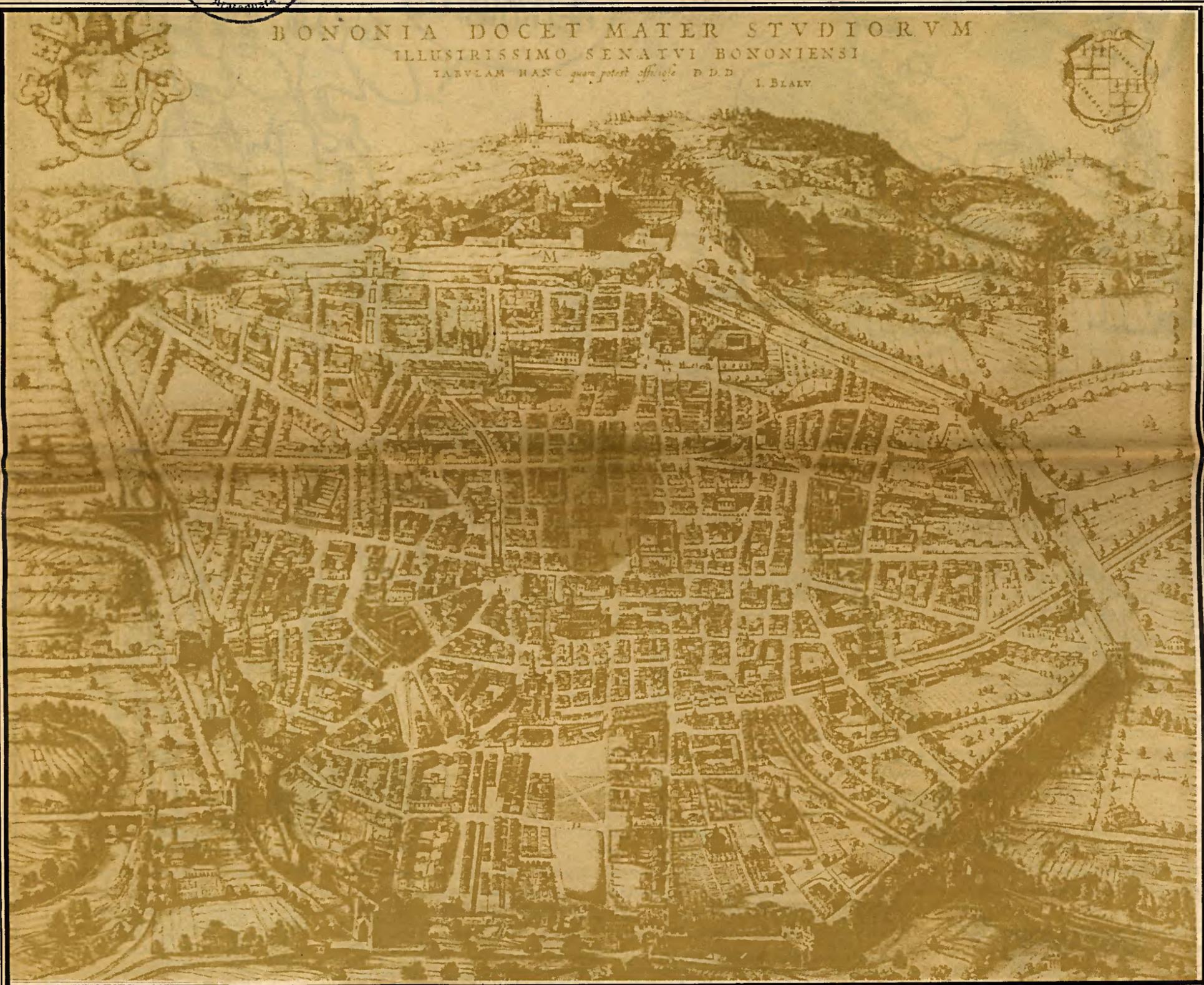
Jornal da

unesp

Universidade Estadual Paulista

Novembro/88

Ano IV - n.º 32



BOLONHA FOI AQUI QUE TUDO COMEÇOU

A mais antiga universidade do mundo comemora nove séculos de existência





unesp

Universidade Estadual Paulista
 Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP
 Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.
 Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).
 Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
 Reitor: Jorge Nagle
 Vice-Reitor em exercício: Paulo Milton Barbosa Landim.
 Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Christofolletti, Antônio Espada Filho, Antônio Quelce Salgado, Arthur Roquete de Macedo, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, César Piedade Júnior, Fernando Mesquita Lara, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, Jogi Ariki, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luis Zorzetto, Néilson Múrcia, Nilo Odália, Ricardo Antônio Arruda Veiga, Tatsuko Sakima, Telmo Correia Arrais, Waldemar Saffioti e Waldir Gandolfi.
 Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantônio, Jehud Bortolozzi, Manoel Lelo Belloto e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Anna Maria Martinez Corrêa, Antônio Carlos Busoli, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Maria Amélia Máximo de Araújo (adjuntos); Célio Raimundo Machado, José Perozin, Luiz An-

tônio Toledo, Maria Cecília Mattoso Ramos e Paulo Magalhães Filho (assistentes doutores); Dib Gebara, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Myrna Therezinha Rossi Rego, Reynúncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Mieko Kimura, Petrônio Masanobu Tanisho, Ronele Marla de Souza Pina e Silvana Aparecida Gregório (auxiliares de ensino).
 Representantes técnico-administrativos: Adauto José da Silva, Aírton Campesi, Benedito Carlos Piveta, Gessé Gerardi, João Pedro Pagotto, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Marla da Piedade de Peixoto Santos, Marisa Nunes Galvão, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Waldemar Pessoa da Cruz.
 Representantes discentes: Alexandre Salino, Celso Meirelles Caseh, César Augusto Moreira, Francisco Sérgio Bernardes Ladeira, Júlio Sérgio Aires de Almeida, Leônidas de Oliveira Brandão, Márcio José Cicogna Gimenez, Maria Júlia Azevedo Gouvêa, Ricardo Cirelli Neto, Roberto Sampaio Gând-

ra Júnior e Sérgio Marrone Ribeiro.
 CEETPS: Oduvaldo Vendrameto
 FAESP: José João Auad Júnior.
 FIESP: Horácio Lafer Piva
 FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.
 Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)
 Editor: Paulo Velloso
 Redação: Adriana Machado, Denise Pellegrini Montes e Katia Salsi
 Arte: Celso Pupo
 Colaborou nesta edição: Reginaldo Moraes
 Produção: Sérgio Lopes
 Tiragem: 19.000 exemplares
 Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Joruês
 A reprodução de artigos, reportagens ou notícias, é permitida, desde que citada a fonte.



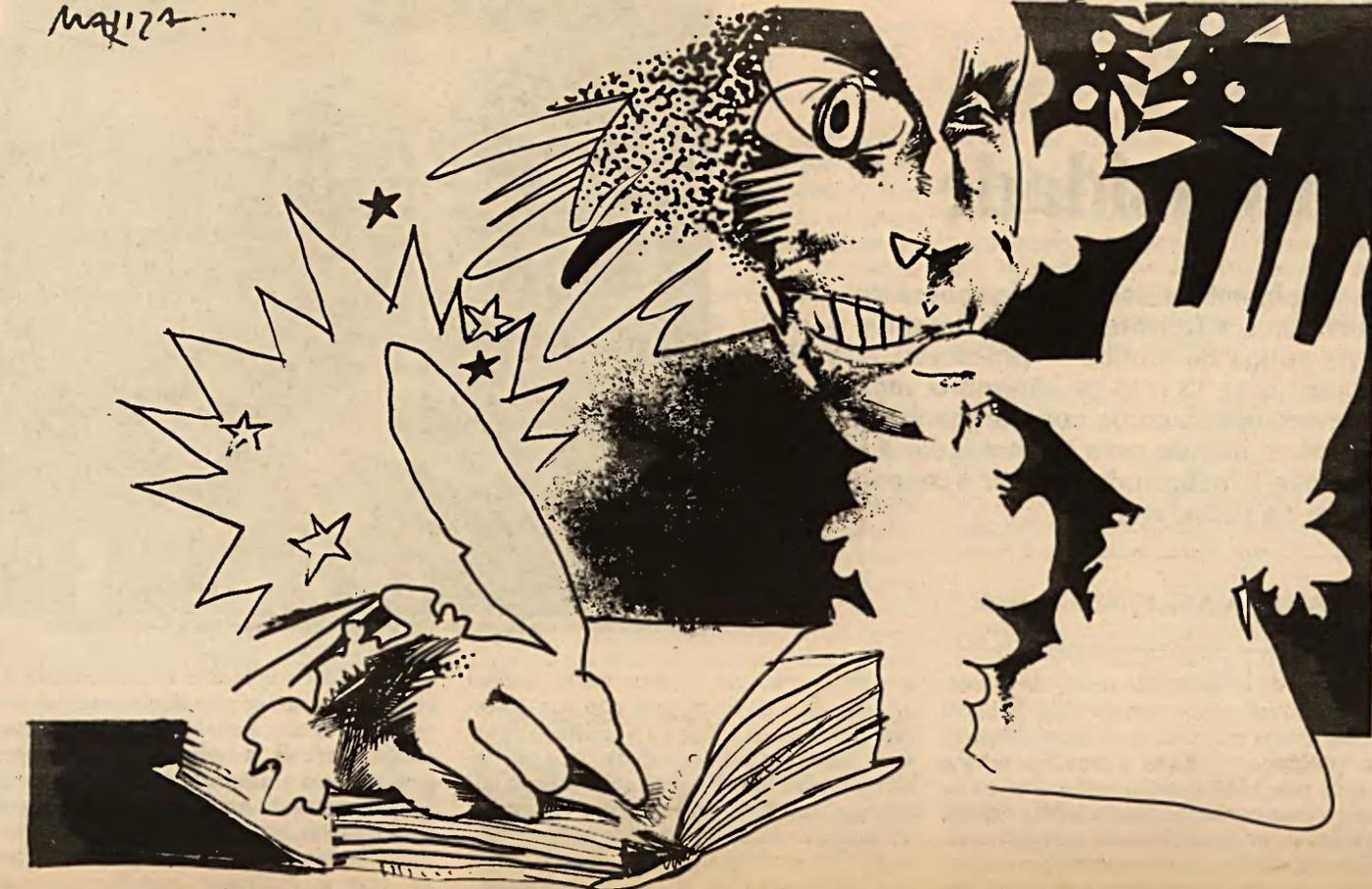
UNESP: transgressão e consolidação

Nem sempre é agradável, todavia é sempre importante avivar a nossa memória, pelo menos para os acontecimentos mais recentes, a fim de que possamos, de um lado, fazer um julgamento do caminho percorrido e, de outro, para que possamos melhor escolher entre os caminhos que o futuro nos aponta.

A propósito de que surge, de repente, afirmação dessa natureza, tentando imitar frases proverbiais ou de fundo talvez moralizante?

O nosso propósito é extremamente simples: desejamos continuar chamando a atenção para a história mais recente da nossa Universidade, do significado das lutas empreendidas, especialmente o significado das vitórias alcançadas. Tudo isso, para que não percamos um certo padrão de combate que vem nos fortalecendo continuamente e que não deve ser perdido de vista, não só porque é o padrão que nos tem caracterizado, mas, também, porque dele tem resultado o nosso sucesso. Tal padrão tem consistido numa sábia combinação do comportamento transgressor com a atividade consolidadora, um duplo movimento que acaba por representar, talvez, a própria dialética da vida universitária. Devemos observar que, no nosso caso, o movimento transgressor jamais foi gratuito, da mesma forma que o movimento consolidador jamais se apresentou como sedimentação do status quo. Assim, enquanto o primeiro movimento subverte para que consigamos atingir um patamar qualitativamente superior, o segundo consolida o êxito obtido sem paralisar o processo, que se renova sistematicamente entre a transgressão e a consolidação. O que parece separar um pólo de outro nada mais é do que uma breve tomada de fôlego para bem cuidar da direção que virá a seguir.

Agora, estamos num desses interregnos de tomada de fôlego, uma só aparente parada para o novo impulso orientado no sentido de prosseguir transformando a UNESP numa universidade moderna, isto é, numa universidade integrada, multifuncional e atuante. Isso supõe a formação de um amplo horizonte intelectual no qual se ajustam os compromissos com a sociedade brasileira e as grandes opções históricas da nossa época. E é por esses motivos que a nossa Universidade precisa continuar assumindo uma posição suficientemente enriquecedora, o que significa, por sua vez, continuar assumindo uma atitude antiprovinciana. Sem dúvida, o no-



vo horizonte intelectual expressa-se sob a forma de recusa tanto do padrão brasileiro de escola superior, de exclusiva formação para as profissões liberais, como dos aspectos negativos do meio social que, em boa parte dos casos, percebe a universidade como uma instituição que deve atender aos reclamos imediatistas e utilitaristas. Daí a necessidade de perseverarmos na ampliação do nosso universo de reflexão, único modo de superar os impasses e caminhar no sentido de reconstrução da Universidade brasileira.

Universidade integrada, multifuncional e atuante: esta deve continuar sendo a nossa proposta. É por isso mesmo que, há tempos, estamos tentando aproximar umas das outras as Unidades Universitárias, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista acadêmico, incluindo os chamados projetos institucionais de pesquisa. A distribuição da UNESP, Universidade multicampus, pelas várias regiões do Estado, não pode constituir obstáculo à integração ou, pelo menos, à coordenação, assim como não é, necessariamente, favorável a esse desideratum a situação das universidades unicampus, uma vez que não é apenas a proximidade geográfica a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento de mecanismos de coordenação ou de integração. Basta observar o que ocorre com a grande maioria das universidades brasileiras para verificar a

composição fragmentada com que se apresentam. Há tempos, também, estamos nos esforçando para que haja o máximo de diferenciações no interior da Universidade, de modo que ela cumpra tarefas referentes a uma multiplicidade cada vez maior de funções, não apenas com o objetivo de ampliar e diversificar seu raio de ação, mas, também, para dar conta das mudanças que ocorrem tanto no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico quanto no âmbito da sociedade brasileira, especialmente na sua dimensão econômico-social. É desse quadro que se desdobra o seu caráter atuante, que se traduz sob a forma de um rico dinamismo e coloca a UNESP num incessante processo de reconstrução, pois o pensamento inventivo encontra nela condições favoráveis para se desenvolver.

Se for necessário apresentar mais alguns exemplos de que estamos, efetivamente, trabalhando na direção indicada, e para que as afirmações feitas não sejam qualificadas de retóricas, basta a menção dessas recentes iniciativas: o Simpósio "Brasil — o desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções" que, diferentemente de seus similares, combinou um fecundo diálogo acadêmico com contribuições concretas para a solução dos nossos problemas; o "Centro de Pesquisas em Educação Escolar", UNESP — Prefeitura de São José do Rio Pardo, e o "Centro de Estudos e Pes-

quisas da Baixada Santista", UNESP — Prefeitura de São Vicente, ambos representando uma nova modalidade dos já instalados Núcleos de Ensino; a incorporação da Universidade de Bauru, do que resultou a significativa presença da UNESP em região central do Estado; a inovação introduzida nos Departamentos, quando passaram de "menor unidade" para "unidade básica" da vida universitária, particularmente a organização, neles, de grupos acadêmicos fortes; a sugestão, aprovada, de se criarem Núcleos Regionais, com seus respectivos Conselhos Regionais, importante recurso para a coordenação de planos de grupos associados de Unidades Universitárias.

A recordação mais significativa talvez esteja em outro plano, até porque é dele que se originaram as condições favoráveis que permitiram realizar o que foi realizado. Nesse outro plano encontramos, pelo menos, duas qualidades fundamentais da personalidade da nova UNESP: estamos nos referindo à capacidade de manter-se pluralista e, também, tolerante, o que converge para atribuir-lhe traços fortemente democráticos. São justamente tais características que não podem ausentar-se de nossa memória coletiva, apesar das ilhas, aqui e ali existentes, de grupos sectários e intolerantes, avessos a posições divergentes, pois formados por indivíduos dogmáticos e impacientes.

O berço da universidade

Para comemorar seus nove séculos de existência, a Universidade de Bolonha — a mais antiga do mundo — promoveu, entre os últimos dias 13 e 19 de setembro, uma série de eventos aos quais compareceram reitores de todo o mundo para homenagear a instituição-mãe e, sobretudo, refletir a respeito do futuro da Universidade.

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Capital da desenvolvida região da Emilia-Romagna, no centro-norte da Itália, Bolonha é uma cidade à medida do homem. Mantendo praticamente intacta a estrutura urbana legada pela Idade Média, repleta de torres, muros (construídos no século XIV) e igrejas, a cidade é de uma harmonia a toda prova. Nada nela se destaca isoladamente; o conjunto é o que mais conta. Suas ruas e avenidas (hoje palco de um tráfego intenso mas disciplinado) nascem, com a forma de uma estrela, do centro histórico da cidade e ganham um realce surpreendente por estarem flanqueadas por 35 quilômetros de pórticos, principais responsáveis pelo clima de integração que impregna tudo. Com seus 500 mil habitantes, Bolonha é uma cidade dinâmica e multifacetada: terra de grandes pintores (Carracci, Guido Reni), dona de uma culinária apuradíssima, de uma movimentada vida cultural, de costumes e comportamentos modernos, é ao mesmo tempo um importante centro industrial e comercial (siderurgia, calçados, alimentos), além de ser um verdadeiro laboratório de experimentos de administração municipal (o Partido Comunista Italiano governa a cidade praticamente desde o fim da Segunda Guerra).

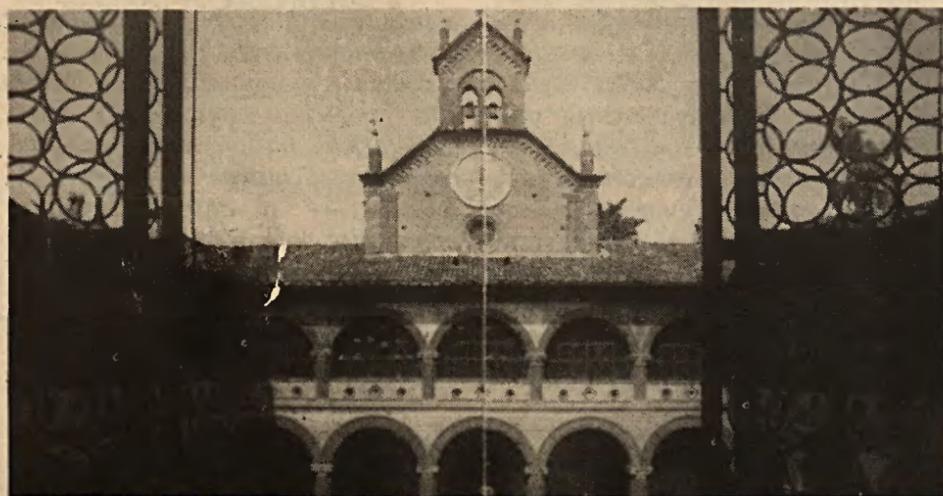
Mas Bolonha também tem o privilégio de ser a sede da mais antiga universidade do mundo ocidental. Ou mesmo do mundo inteiro, como prefere Fabio Roversi-Monaco, atual reitor da Universidade de Bolonha, fundada em 1088. Para ele, é assim que deve ser considerada a instituição, “desde que aceitamos o pressuposto de que existe uma Universidade não onde existe genericamente um lugar de ensino e estudo, mas sim onde existe uma escola de altos estudos que tenha operado sem interrupção no tempo, baseada no princípio da independência da pesquisa científica, na estreita ligação entre a pesquisa e o ensino, na existência de uma organização separada e autônoma diante de qualquer poder externo”. Sua conclusão é categórica: “Desse ponto de vista, não pode haver dúvida de que a Universidade nasceu pela primeira vez em Bolonha.” Prova disso são as diversas escolas européias surgidas a partir de cisões ocorridas na cidade ou as numerosas referências feitas ao “modelo bolonhês” nos decretos (regra geral papais) que criaram outras das antigas universidades européias.

ALVO DAS ATENÇÕES

Em Bolonha — bem como, com algumas décadas de diferença, em Paris — temos pois a base histórico-social para conceber a Uni-

versidade como um produto muito original da sociedade medieval, que não tem precedentes no mundo antigo e é o resultado da associação espontânea de estudantes e professores. (Diga-se de passagem que a própria etimologia corrobora a idéia, já que *universitas* designava na origem toda corporação revestida de caráter profissional). Interessante notar que, em seus inícios, o “Studio Bolognese” não teve uma sede centralizada, mas estruturou-se a partir de uma multiplicidade de pontos de encontro, muitas vezes localizados nas próprias residências, onde os eruditos ministravam suas lições. Naquela época, os estudantes escolhiam livremente e remuneravam os professores. Com isso, mantinham grande influência sobre os rumos da novel instituição e, ao mesmo tempo, permaneciam a ela ligados, funcionando como fator de continuidade e dinamização. Graças a essa inédita associação de professores e estudantes, a Universidade de Bolonha pôde autonomizar-se perante o poder eclesiástico e as escolas religiosas, passando a ocupar um posto de enorme relevo na história da cultura ocidental.

Muitos de seus frequentadores tornaram-se célebres: professores como Irnério, Graziano e Accursio, ou como Rolando Bandinelli (depois papa Alexandre III) e Sinibaldo de Fieschi (depois papa Inocêncio IV); alunos como Dante, Petrarca, Copérnico, Erasmo de Roterdã. Entre os séculos XII e XVI, Bolonha converteu-se no alvo das atenções dos doutos e dos estudantes do mundo inteiro, com o que a Universidade transformou-se numa instituição intimamente ligada à trajetória do moderno pensamento científico.



O Colégio de Espanha, na secular Bolonha



Representantes de centenas de universidades assinam a Carta Magna

Deriva daí seu caráter eminentemente urbano e cidadão, no sentido de se ter estruturado e crescido quase em perfeita sintonia com a cidade de Bolonha, tanto pelo aspecto arquitetônico e espacial, como pelo aspecto político-cultural. Ao longo do tempo, com altos e baixos, a Universidade de Bolonha e a cidade formaram praticamente um único corpo, com as dinâmicas específicas de cada uma delas interpenetrando-se e alimentando-se reciprocamente. É claro que nada disso permaneceu imutável no decorrer do revolucionário século XX, especialmente em anos mais recentes, ao ponto mesmo das comemorações do Nono Centenário da Universidade terem dedicado especial atenção ao tema, com a Prefeitura local trabalhando em comum acordo com a Reitoria para a recuperação e reforma de antigos edifícios, devolvidos à comunidade universitária com novas funções (um antigo cárcere medieval transformado em alojamento estudantil, uma velha igreja convertida em sala de reuniões do Conselho Universitário).

REDIMENSIONANDO A “CRISE”

Foi justamente para manter viva-toda essa história, e atualizá-la, que a Universidade de Bolonha organizou, entre os dias 13 e 19 de setembro último, uma série de eventos para encerrar em grande estilo o ano de seu Nono Centenário. A eles compareceram reitores e representantes de centenas de universidades de todo o mundo, com o objetivo não só de homenagear a instituição-mãe, mas sobretudo de refletir a respeito do futuro da Universidade enquanto tal.

A Semana foi aberta com um seminário internacional dedicado à inserção da Universidade na sociedade contemporânea, no qual foram examinados temas relativos à cultura, ao mercado de trabalho, à autonomia universitária, às relações universidade/empresa. Mas o momento principal estava reservado para o final da semana, quando, em praça aberta (a belíssima Piazza Maggiore) e num ambiente que buscava reconstruir as festas medievais, os reitores de todo o mundo assinaram uma *Magna Charta* (ver íntegra ao lado), com a qual buscaram selar um compromisso com o futuro da Universidade enquanto instituição voltada para a sociedade, para a produção de cultura, de ciência e de novas alternativas de vida e organização social. Ao mesmo tempo, tendo como pano de fundo uma consideração sintética sobre o estado atual da Universidade, a *Charta* reafirma importantes princípios e pressupostos, a partir dos quais seja possível repor, sob novas bases, as suas relações com esse mundo em transformação acelerada.

Exatamente por isso, os eventos de Bolonha forneceram também uma excelente oportunidade para que se redimensionasse a chamada “crise da universidade”, que, ao contrário do que pensam muitos de nós, está bem longe de ser um fenômeno exclusivamente nacional (ou “paulista”) ou meramente “orçamentário”. Numa das publicações distribuídas na ocasião, os professores Giannino Galloni e Raffaella Simili, da Empresa Municipal pelo Direito ao Estudo Universitário, esboçaram um diagnóstico válido não apenas para a Universidade de Bolonha (que hoje, com seus 60 mil estudantes, é um importante centro de Ciências Humanas, Medicina, Engenharia, Física e Veterinária): “Ao imponente crescimento quantitativo da população estudantil ocorrido a partir do final dos anos sessenta, no interior de uma Universidade em atraso diante de sua época e das exigências da revolução tecnológica, correspondeu uma escassa capacidade dos poderes públicos de enfrentar as graves questões postas pela insuficiência das estruturas para a pesquisa e para o ensino e pelas difíceis condições de vida e estudo dos estudantes”.

Tudo somado, os eventos de Bolonha — seja pelo teor da *Charta* então firmada, seja pelos resultados nascidos da convivência de tantos reitores, seja pelas reflexões e alertas lançados pelas discussões lá realizadas — estão destinados a se tornar um marco na história da Universidade de nossos dias.



Os Reitores das Universidades européias, abaixo assinados, reunidos em Bolonha por ocasião do IX centenário da mais antiga delas, quatro anos antes da supressão definitiva das fronteiras comunitárias e na perspectiva de uma colaboração alargada entre todos os povos europeus, entendendo que os Povos e os Estados devem mais do que nunca tomar consciência do papel que as Universidades serão chamadas a desempenhar numa sociedade que se transforma e se internacionaliza, consideram:

1. que o futuro da humanidade neste fim de milênio, depende em larga medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico que se forja nos centros de cultura, de conhecimento e de investigação em que se tornaram as verdadeiras Universidades;

2. que a tarefa de difusão dos conhecimentos que a Universidade deve assumir para com as novas gerações implica hoje e que ela se dirija igualmente ao conjunto da sociedade, cujo futuro cultural, social e econômico exige nomeadamente um considerável esforço de formação permanente;

3. que a Universidade deve assegurar às gerações futuras uma educação e uma formação que lhes permita contribuir para o respeito dos grandes equilíbrios do ambiente natural e da vida.

Proclamam, perante os Estados e a consciência dos povos, os princípios fundamentais que devem sustentar no presente e no futuro a vocação da Universidade.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. A Universidade, no seio de sociedades diversamente organizadas, pelo fato das condições geográficas e do peso da história, é uma instituição autônoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino. Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ter, no seu esforço de investigação e de ensino, uma independência moral e científica em face do poder político e econômico.

2. Nas Universidades, a atividade didática é indissociável da investigação a fim de que o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.

3. Sendo a liberdade de investigação, de ensino e de formação princípio fundamental da vida das Universidades, os poderes públicos e as mesmas Universidades, cada um no seu domínio de competência, devem garantir e promover o respeito dessa exigência fundamental.

Carta Magna das Universidades européias

Num ambiente semelhante ao das festas medievais, reitores do mundo todo assinaram, em Bolonha, a Magna Charta, selando um compromisso com o futuro da Universidade.



Na recusa da intolerância e no diálogo permanente, a Universidade é um local de encontro privilegiado entre os professores, capazes de transmitir o saber e os meios de o desenvolver através da investigação e da inovação, e os estudantes, tendo o direito, a vontade e a capacidade de com isso se enriquecerem.

4. Depositária da tradição do humanismo europeu, mas com a preocupação constante de alcançar o saber universal, a Universidade, para assumir as suas missões, ignora as fronteiras geográficas ou políticas e afirma a necessidade imperiosa do conhecimento recíproco e da interação das culturas.

MEIOS

A realização destes objetivos no quadro de semelhantes princípios, exige meios eficazes e, portanto, adaptados à situação contemporânea.

1. Para preservar a liberdade de investigação e de ensino devem ser dados, ao conjunto de membros da comunidade universitária, os instrumentos propícios à sua realização.

2. O recrutamento dos professores — bem como a regulamentação do seu estatuto — deve ser comandado pelo princípio da indissociabilidade da atividade de investigação e da atividade didática.

3. Cada Universidade deve garantir aos estudantes, respeitando a especificidade das situações, a salvaguarda das liberdades e as condições necessárias para atingirem os seus objetivos em matéria de cultura e de formação.

4. As Universidades — e nomeadamente as Universidades européias — vêm na troca recíproca de informações e de documentação, e na multiplicação de iniciativas científicas comuns, os instrumentos fundamentais para o progresso contínuo dos conhecimentos.

Por essa razão, e encontrando aí suas fontes, as Universidades encorajam a mobilidade dos professores e dos estudantes, e consideram que uma política geral de equivalências em matéria de "status", de exames (preservando embora os diplomas nacionais) e de atribuição de bolsas constitui o instrumento essencial para garantir o exercício das suas missões contemporâneas.

Os Reitores abaixo assinados, em nome das suas Universidades, comprometem-se a tudo fazer para que cada Estado e as organizações supranacionais concernentes possam inspirar-se progressivamente nas disposições desta Carta, expressão unânime da vontade autônoma das Universidades.

Bolonha, 18 de setembro de 1988

Educação: Lei de Diretrizes e Bases (3)

JORGE NAGLE

O que ocorreu com a nova Constituição e o que ocorrerá com a nova LDBE/N terá repercussões sobre os atuais Conselho Federal de Educação (CFE) e Conselhos Estaduais de Educação (CEEs). Tais repercussões poderão atingir até a sobrevivência dos Conselhos; porém, se subsistirem, deverão sofrer várias mudanças. É sobre esta segunda hipótese que iremos fazer algumas observações.

Os Conselhos de Educação — o CFE e os CEEs — foram, originalmente, pensados como verdadeiros fóruns de educação: uma congregação de pessoas com elevada experiência nesse campo, cuja principal tarefa consiste em refletir e apresentar sugestões para a problemática educacional brasileira, ao lado de estabelecer as normas gerais para o sistema. Por este último motivo, os Conselhos foram considerados como importantes órgãos legislativos na área educativo-escolar.

Se formos especificar um pouco os grandes objetivos, diríamos que a eles competiria: a) estabelecer as normas gerais para o sistema educativo-escolar brasileiro (CFE) e, com bases nelas, as normas ajustadas aos sistemas estaduais (CEEs); b) elaborar e atualizar o Plano Nacional de Educação (CFE) e os Planos Estaduais de Educação (CEEs); c) promover e divulgar estudos sobre os sistemas educativo-escolares; d) sugerir medidas para o aperfeiçoamento dos sistemas.

Verificamos, atualmente, que os Conselhos afastaram-se de suas tarefas históricas e fundamentais, ao mesmo tempo que se afogaram em assuntos de rotina ou basicamente burocráticos (ou cartoriais), o que representa inversão de papéis, pois acabaram assumindo mais tarefas de natureza executiva que normativa e reflexiva. E estão sendo subvertidos até de forma perversa se pensarmos nas atribuições quanto aos encargos educacionais, tarefa para a qual não têm, também, condições ou competência para realizá-la. É o caso de perguntarmos por que este assunto não foi atribuído a órgãos do tipo Comissão Interministerial de Preços e outros de defesa do consumidor, quer federais, quer estaduais.

Aos desvios de função, devemos acrescentar outros elementos que afetam negativamente seu desempenho. Assim, a vinculação e dependência quase total dos Conselhos de Educação a órgãos do Poder Executivo: Ministério da Educação e/ou Ministério do Planejamento e/ou Ministério da Fazenda (CFE) e Secretarias da Educação (CEEs). Dependência tanto administrativa quanto financeira, do que resulta perda quase total de autonomia que lhes permita, de um lado, possuir quadro próprio de pessoal, com perfis definidos conforme as tarefas a executar, e de outro, trabalhar com orçamento que dê conta dos serviços a eles atribuídos. Por tudo isso, fica muito difícil julgar os Conselhos de Educação — o que não significa poupá-los das muitas críticas a eles dirigidas.

Talvez a principal dessas críticas seja a de que os Conselhos aferraram-se demasiadamente aos aspectos cartoriais e não conseguiram impor-se como órgãos elaboradores da política dos sistemas educativo-escolares.

Outra questão criticada é a do processo de escolha dos membros desses Colegiados: a

escolha tem sido mais de natureza "política" que técnica, feita ou pelo Presidente da República (CFE) ou pelos Governadores dos Estados (CEEs). Existe expectativa de amplos setores da sociedade para que a nova LDBE/N e as suas correspondentes estaduais definam regras para a escolha de conselheiros, regras essas que contemplem a representação daqueles órgãos ou instituições que, há tempos, vêm se distinguindo na luta pela expansão e pela melhoria da educação no país, em especial os que continuam defendendo a escola pública.

É oportuno lembrar que estes apontamentos sobre os Conselhos de Educação (CFE e CEEs) deverão valer, igualmente, para os Conselhos Municipais de Educação que vierem a ser criados. E é interessante pensarmos, para uma boa parte dos casos, em Conselhos Intermunicipais de Educação.

De qualquer modo, e apesar das críticas, órgãos como Conselhos de Educação ganham importância quando entendemos que os assuntos educativo-escolares não devem ficar, exclusivamente, sob o comando do Poder Executivo.

Neste momento, é oportuno repor e indicar alguns desdobramentos de um dos pontos mais importantes consagrados na nova Carta e que deverá repercutir na atividade dos Conselhos de Educação: trata-se do regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios.

Essa é uma tese comprometida com princípios federativos; contudo, é preciso tomar alguns cuidados. Não podemos nos esquecer da importância de um sistema nacional de educação, que articule os sistemas federal, estaduais e municipais; nem esquecer que é em nível nacional que se propõe o amplo perfil do sistema, até mesmo para garantir a necessária articulação horizontal e vertical dos diferentes graus e modalidades de escolarização, igualmente, os mínimos de conteúdo e de duração dos cursos. Por sua vez, é urgente limitar a atuação federal para impedir interferência descabida nas Unidades Federadas, interferência essa que dificulta e até impede o desenvolvimento dos planos regionais (estaduais) e locais (municipais). Se é necessário restringir, de fato, a atuação da União, atuação tanto normativa quanto no que se refere à expansão de seu sistema, de outro lado é também preciso não ampliar demasiadamente as competências municipais a ponto de isto significar barreira para o próprio planejamento dos sistemas regionais (estaduais). Sob este último aspecto, é importante lembrar as nossas tradições bem como a diversidade de situações em que se encontram os municípios; estimularemos a tendência à fragmentação e ao esfacelamento dos sistemas estaduais, se as atribuições dos municípios, no campo educativo-escolar, ultrapassarem determinados limites. A nossa posição é a de que aos Estados deve caber a maior parte das responsabilidades normativas, sem prejuízo de eventuais adaptações a serem feitas em nível municipal, desde que para questões específicas.

Como podemos perceber, há muitas tarefas pela frente, incluindo aquelas que os futuros Conselhos de Educação deverão efetivar. Último lembrete: a nossa preocupação com a LDBE/N não pode resultar em adiamento do exame do capítulo sobre educação nas Constituições Estaduais, a outra base para disciplinar os sistemas educativo-escolares estaduais.

As normas introduzidas pela Constituição quanto ao financiamento da educação e ao destino dessas verbas apontam para algo positivo?

A educação é, a rigor, o único item que tem vinculação de verba na Constituição. A aplicação em educação, na época da ditadura, principalmente no nível elementar, foi muito restrita. As pressões para expansão do ensino público são antigas. Elas se exerceram, para a barreira ginásio-colégio, no final dos anos 50, início dos anos 60. Uma grande massa da classe média-baixa pressiona para que seja oferecida escola pública no nível médio. A pressão é tão grande que, no Rio de Janeiro, por exemplo, um governador como Carlos Lacerda, autor de um substitutivo privatista, será o mesmo que expandirá a rede da escola pública. Essa expansão nos anos 50-60 está na origem daqueles 100 mil que saíram às ruas em 1968.

Há então "fases encadeadas" nessa história?

De certo modo. Tradicionalmente federal e público, o nosso ensino superior passou a ter um setor privado significativo no governo de Getúlio Vargas. A partir do final dos anos 50 e ao longo dos anos 60 assistimos a uma progressiva federalização de escolas isoladas, o que dotou cada Estado de pelo menos uma universidade pública federal. A reforma de 1968, longamente preparada enquanto processo de transformação interna das universidades, foi acelerada pelo movimento estudantil. Devemos lembrar que, embora estivesse catalizando insatisfações sociais mais amplas, tal movimento refletia também pressões internas ao sistema educacional. Graças aos recursos do Fundo Nacional de Educação Primária, os anos 50 viram expansão significativa do ensino primário. Muitos dos egressos daquele secundário expandido, no final dos anos 60, fazem pressão para a existência de vagas no ensino superior.

Essa seria a pré-história da reforma.

E junto com a reforma veio a recriação do setor privado, em novos termos. Os colégios foram estimulados a se transformarem em faculdades através de subsídios públicos: crédito educativo, transferência direta do Ministério ou ainda financiamento a fundo perdido (ou com baixos juros). Os "tubarões do ensino" dos anos 50, que eram donos de escolas privadas secundárias, reapareceram na década dos 70 como donos de universidades.

Há uma verticalização privatista, pode-se dizer?

Nos anos 70 há uma grande expansão do ensino superior e menor investimento no secundário e elementar (transformado em fundamental, a partir da Lei 5.692). Há uma verticalização do sistema, em termos privatistas. Há pressão sobre os ginásios privados para que absorvam o ensino primário; uma verticalização para baixo. E há uma verticalização para cima, com incentivos muito grandes que induzem ou permitem que os grandes colégios apliquem em ensino superior, criando faculdades. Apesar disso, e considerando também certo arrefecimento do movimento pela democratização do ensino, chegamos a uma situação em que o *output* de nossas escolas já não corresponde ao mercado de trabalho. E é preciso lembrar que nos países centrais o desenvolvimento tecnológico tem se mostrado muito dependente de força de trabalho bem qualificada no nível elementar. E o Brasil, com a educação nesse nível, sacrificada ou pouco desenvolvida, leva grande desvantagem.

Bem qualificada no nível elementar significa...

Significa capacidade de ler, escrever, calcular, manipular, desenvolver raciocínio abstra-

to, capacidades sócio-comunicativas e cognitivas, saber trabalhar não apenas recebendo ordens simples, mas complexas, operando máquinas complexas. A qualidade, em nosso sistema, é precária. Além disso, temos um fenômeno de repetência que termina em evasão. Esse é um grande problema para o tipo de sociedade possível em que estamos. Hoje o capitalismo exige força de trabalho média mais qualificada nos setores de ponta. De resto, o consumo também é afetado. É necessário, digamos, certo tipo e certa escala de qualificação também para consumir determinadas coisas. Sem conhecer essas coisas modernas, a vida fica impossível. Há certos requisitos da vida moderna que, no Brasil como em outros países de perfil semelhante, têm que estar disponíveis. Não podemos ter grande parte da população circulando na cidade orientada pela cor do ônibus, só sabendo ir a certos lugares pela cor do ônibus. A alfabetização mínima já não é suficiente. E nem isso temos. Ou partimos para uma ação muito forte e sólida no nível elementar de ensino ou perderemos o bonde da história.

Mas nas últimas décadas cresceu a população escolarizada.

A população em idade escolar conta com a possibilidade de alguma vez estar na escola. O problema é que muitos desses alunos não permanecem na escola. Isso por motivos intra-escolares — incapacidade de a escola motivar sua clientela, por exemplo — ou extra-escolares, como a necessidade de complementar a renda familiar. Dentro da faixa etária de 7 a 14 anos, muitos já passaram pela escola e a abandonaram; mas também muitos permanecem nela além dos 14. Assim, nossas mais de 25 milhões de vagas não abrigam a população escolar da mesma faixa, que é de magnitude semelhante. Cerca de 1/3 desses alunos estão fora da escola, o que vale dizer que 1/3 dos alunos das escolas elementares estão fora da faixa de escolaridade obrigatória. Esta situação é gerada por altos índices de repetência e qualidade precária do ensino básico.

A qualificação média a que você se refere implica também alteração nos próprios conteúdos da escola...

Sim, adaptação dos currículos a questões concretas que têm a ver com a vida diária. Chegando em uma cidade alemã, por exemplo, a primeira coisa que você faz é comprar o mapa da cidade, extremamente detalhado, que implica um manuseio razoavelmente complexo. Ler número de páginas, códigos, índices, colunas etc. é algo complexo, mas cada vez mais essencial numa sociedade como a nossa. Isso, na Alemanha, se ensina na escola. Aliás, aprende-se na escola uma série de pequenas grandes coisas elementares para a vida moderna. Na escola brasileira, aprende-se muito mal a ler, escrever, contar...

Estamos numa encruzilhada que cria emergências, situações que não podem atravessar muitos anos...

Sim, e o ensino fundamental não precisa apenas ser entendido, precisa ser reformado, criado mesmo. Para dar esse salto temos um problema econômico e político, que depende também da razoabilidade dos governantes, ou antes, da razoabilidade das elites em geral, das elites econômicas, sociais, políticas, num sentido mais amplo. Condições materiais existem. Mas resta saber quem pode se aproveitar dessas condições. Passamos hoje por uma situação *sui generis*: vemos as cabeças formadas na região mais atrasada do país descerem até o plano central e instalarem o patrimonialismo mais lavado no governo federal. Resta saber quais as consequências disso para o desenvolvimento da sociedade. As vezes se diz "São Paulo quer dirigir o país" — bem, afi-

ENTREVISTA Vanilda Paiva Novos tempos trazem desafios para o ensino

Doutorada em Frankfurt, ex-diretora geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério da Educação) e atualmente professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pedagoga Vanilda Paiva, nesta entrevista, repensa em voz alta questões polêmicas e nucleares da política educacional.

Depois de focar os movimentos ocorridos no universo do ensino brasileiro nas últimas décadas — e desmercados na reforma de 1968 —, a autora de "Educação Popular e Educação de Juntos" observa que o baixo nível do ensino de primeiro grau está colaborando para deixar o país em desvantagem na corrida pelo desenvolvimento. Segundo a professora Vanilda Paiva, "nos países centrais o desenvolvimento tecnológico depende muito do trabalho bem qualificado no nível elementar". E bem qualificada, no seu entender, significa não só saber ler, escrever e calcular, mas também desenvolver o aluno suas capacidades sócio-comunicativas e cognitivas, de raciocínio abstrato etc. "Ou partimos para uma ação muito forte e sólida no nível elementar de ensino ou perdemos o bonde da história", enfatiza. "A reformulação dos currículos é um dado fun-



damental e que pode ser fortalecido com a municipalização do ensino."

A professora Vanilda Paiva fala ainda de questões relativas à universidade, como a administração e a integração ensino-pesquisa-extensão.

nal é a "ponta" que tem que dirigir o país mesmo. É muito difícil pessoas acostumadas a padrões patrimonialistas — que não apenas vêm o Estado como pai, mas a tomada do poder de Estado como uma coisa familiar, como apropriação privada do público — passarem a ter outra visão.

E a questão da municipalização, como se coloca dentro desse contexto?

Já fui mais contrária à municipalização do que sou hoje. Diante do autoritarismo que existe neste país, acho que no nível municipal temos pelo menos uma chance de controlar isso. No nível federal não sei se temos essa chance. A idéia de homogeneidade num país tão heterogêneo é cada vez menos moderna. Acho que a unidade da escola deve-se dar a partir de um certo patamar; o resto deve ser discutido no nível municipal. Isso permite certas adaptações. O fato de alguns municípios introduzirem inovações... quem sabe isso pode se difundir mais. Não estou falando em termos absolutos. Não defendo a municipalização a qualquer preço e em qualquer sentido. Em alguns Estados e municípios, pelo menos, ela pode ser possível e positiva. Certamente não nos Estados mais atrasados. Corremos o risco também de apropriação por parte de correntes não propriamente interessadas no ensino, é claro. Mas de um modo geral isso pode ser um estímulo ao surgimento de novas lideran-

ças. Depende do modo como essa municipalização vai se dar. Se tivermos suficientes grupos de base, com diferentes orientações políticas, numa saudável competição entre elas, trabalhando no nível da luta municipal — e não só do Estado — acho que pode ser positivo. A apropriação do Estado federal como coisa privada me impressiona muito, e defender a centralização pela possibilidade de grupos e partidos sérios chegarem ao poder é jogar no escuro e impor a todo o país políticas globais. Parece-me mais adequado tratar de organizar a sociedade civil e descentralizar tudo que for possível.

Fala-se também numa desagregação administrativa da universidade...

Não é coisa exclusiva da universidade. Talvez se possa falar de uma espécie, digamos, de dissolução burocrático-administrativa que assola o país — uma atitude do tipo "bem, isto aqui é nosso mesmo, não temos que fazer nada". Muitas vezes, pedir alguma coisa a um funcionário — algo que faz parte de suas atribuições, bem entendido — é visto como "autoritarismo", repressão. Em muitos casos, as regras desapareceram esmagadas pelo furor populista. Há uma deterioração dos serviços, pela dissociação entre trabalho e remuneração pelo trabalho. Tudo se passa como se o Estado devesse um salário. Em espanhol se diz "cobrar um salário" — presta-se um serviço e cobra-se por ele. No Brasil, recebe-se um salário, como se isto nos fosse devido. Vamos lá e recebemos. Com altos níveis de inflação e deterioração salarial, evidentemente essa atitude cresce e se generaliza. Mas não é coisa só da universidade. É um fenômeno mais geral, uma crise "moral" da nossa sociedade e isso também ocorre com os professores, muitas vezes.

A integração ensino-pesquisa, como você veria esse problema?

Eu até acho o seguinte: só se pode criar a partir de algo que podemos chamar de "ócio". A universidade tem que entender isso. O pesquisador — para falar paradoxalmente — só produz a partir de um certo "ócio". Há aqueles professores nas universidades que são muitas vezes mal preparados. Podem dar aulas, já preparadas, em cursos e disciplinas que já deram muitas vezes. É difícil exigir mais do que isso. Desse modo, cabe relativizar a fórmula — muito generalizada hoje — de que "temos que integrar ensino-pesquisa-extensão". Quem faz pesquisa deve estar engajado em atividades de ensino, mas talvez de uma forma mais restrita, porque o pesquisador de ponta, que assume a pesquisa com uma grande responsabilidade, também assume a atividade docente com bastante rigor: prepara intensamente até coisas que não exigiriam tanto. Há aí uma espécie de tendência a superpreparação. Por outro lado, temos professores de bom nível que não estão interessados propriamente em fazer pesquisa. E que podem muito bem se encarregar da maior parte das aulas. E não vejo por que essas mesmas pessoas tenham que fazer "extensão".

Informalmente já se estabeleceu na universidade uma espécie de carreira dupla: professor-professor e professor-pesquisador.

Mas é assim em todo o mundo. Há pessoas que fazem pesquisa com responsabilidade e com intensidade, mas não se dão tão bem na atividade docente. Não necessariamente têm que dar aulas em profusão. Nós nos colocamos contra as propostas do GERES. Hoje, é preciso repensar isso. O grupo do GERES talvez não tivesse introduzido muitas coisas que já não existissem antes. E tem algumas coisas

"modernas", como por exemplo, a idéia de que é preciso criar institutos de pesquisa desvinculados da docência. Nos países centrais isso é uma tendência irreprimível: a tendência das universidades criarem esses institutos, mas também de se multiplicarem centros de pesquisa que na verdade são organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que se estabelecem junto à universidade. Ao mesmo tempo oferecem à universidade uma flexibilidade para obtenção de fundos para pesquisa. Por outro lado, recebem da universidade o *status* universitário. Muitos dos pesquisadores são também professores da universidade, que providenciou espaço físico, ajudou a montar o centro de pesquisa etc.

Na universidade brasileira, o departamento é a unidade básica de ensino e pesquisa.

Talvez essa iniciativa, de criação de institutos de pesquisa, se apresente como alguma alternativa à ditadura dos departamentos e a consequente mediocridade da universidade. A reforma de 1968 eliminou a ditadura catedrática e colocou no seu lugar os departamentos. E há muitas situações em que o catedrático tendia a escolher os melhores, porque o seu trabalho iria ser beneficiado por isso — digamos que ele tendia a "explorar os melhores". Dependendo do departamento, e em certos setores de pior qualidade, a entrada de pessoas mais qualificadas é uma "ameaça". Nesses casos, temos uma ditadura que tende a selecionar os piores.

As atividades de ensino, administração, extensão universitária podem vir a sacrificar enormemente a pesquisa, se levadas com rigor de burocrata.

Há ainda uma coisa a dizer sobre aquela necessidade do "ócio". Para pesquisar, escrever etc não dá para trabalhar sob tensão de tempo ocupado e fragmentado por múltiplas tarefas, colocadas no intervalo, isso é claro. O ócio ao qual estou me referindo quer dizer "ter a cabeça relativamente livre para pensar naquilo que se está pesquisando". Até nos setores mais avançados está difundida essa idéia de que se tem que prestar serviços administrativos, estar presente em reuniões de caráter técnico, participar de conselhos, dar aulas, fazer mais de um pesquisa etc. As pesquisas acabam se burocratizando: você engaja outras pessoas e dá alguma orientação. Mas o trabalho intelectual, o trabalho de pensar os objetos da pesquisa fica prejudicado. Agora, o pesquisador muitas vezes é malvisto. Não há vida intelectual sem alguma forma de isolamento. Não se trata de "torre de marfim", mas pensar exige alguma forma de isolamento.

Voltando à questão da reforma do ensino fundamental: não se produziu algo nesse sentido, nos últimos anos?

Veja a questão dos conteúdos de livros escolares, ou da reforma dos currículos, em São Paulo e outros lugares. De repente, pequenos grupos acham que já tomaram o poder com autonomia suficiente para estabelecer currículos que falem em luta de classes e coisas semelhantes. Isso termina sendo oportunidade para grupos conservadores atacarem qualquer reforma curricular democrática. E não adianta nada, porque criança não vai aprender luta de classes na escola. Aprende-se na rua. É uma bobagem iluminista por parte de intelectuais que tiveram a oportunidade de estar dentro do aparelho de Estado e resolveram fazer isso. Talvez fosse mais interessante fazer mapas das cidades, ensinar a usá-los, ensinar as crianças a usar uma máquina de calcular, a ler, escrever, interpretar. Ensinar as coisas que as pessoas terão de usar, inclusive para serem menos dependentes, do ponto de vista social e político.

UNIVERSIDADE: IDÉIAS EM DISCUSSÃO

Considerada a mais antiga das universidades, a Universidade de Bolonha completou, este ano, o seu 900.º aniversário. Parece-nos que esse acontecimento recomenda a leitura do interessante livro de Jacques Verger, *Les Universités au Moyen Age* (Col. SUP, Presses Universitaires de France, 1973).

É interessante porque há um destaque para os modelos bolonhês e parisiense, isto, porém, sem prejudicar o traçado de três séculos de história da Universidade. E para dar uma idéia geral do conteúdo e, também, da metodologia empregada, seguem as principais divisões do livro: uma Primeira Parte, "Nascimento e afirmação das universidades (décimo-segundo e décimo-terceiro séculos)", com três capítulos, respectivamente, "Nascimento das universidades", "As universidades como corporações" e "Problemas e conflitos do décimo-terceiro século"; uma Segunda Parte, "O fim da Idade Média (décimo-quarto e décimo-quinto séculos): declínio ou transformação?" que se desdobra em outros três capítulos, "As universidades e a Igreja", "As universidades e os Estados" e "Universidade e sociedade". Acrescentamos uma proveitosa "Introdução", bem como uma cuidadosa "Conclusão". Não podemos deixar, além disso, de apontar a riqueza dos sub-temas de cada capítulo, tais como: os privilégios das universidades; o aspecto social da história das universidades; a organização do ensino; o acesso aos pobres; o fim da autonomia universitária; a ciência e o trabalho... Nem podemos deixar de lembrar sugestivas subdivisões do temário de cada capítulo, uma vez que estas tanto ampliam como aprofundam a discussão. O leitor ficará impressionado pelo fato de o autor, num livro de cerca de duzentas páginas, conseguir realizar o difícil empreendimento que consistiu em relatar três séculos de história da universidade, nas diversas partes do mundo europeu, sem incorrer, de um lado, em superficialidades e sem deixar, de outro, de fazer significativas ligações dessa instituição com o quadro social, político e religioso do período.

Faz-se necessário recordar que a palavra universidade (universitas), na época, significava corporação (ou grêmio), isto é, associação de pessoas que executam o mesmo trabalho, uma comunidade de iguais para proteção mútua, porém, comunidade hierarquizada por graus; associação que possuía tanto autonomia interna para reger-se a si mesma e para escolher seus membros, como possuía reconhecimento formal dos poderes públicos (pág. 21). Organização típica das cidades, havia universidade (corporação) de mercadores, de artesãos, por exemplo. Daí, e por extensão, a corporação de professores e de estudantes (universitas magistrorum et scholarium), quando universidade significava, ao mesmo tempo, estabelecimento de ensino superior (studium) e organização corporativa (universitas) que fazia funcionar tal estabelecimento e lhe garantia a autonomia. É justamente por essas características que a universidade poderia ser uma organização corporativa tanto de professores (Universidade de Paris)

como de estudantes (Universidade de Bolonha; nem é preciso observar que, neste caso, o reitor era aluno).

Do século XII ao XV, as universidades sofreram alterações, em razão das mudanças do quadro histórico-social, quer europeu, quer local. Sujeitas ao papado ou ao poder civil, de nascimento "espontâneo" ou "criadas" por este ou aquele poder ou por esta ou aquela divisão interna de cada poder existente, como as ordens religiosas.

"No fim do século XV, as universidades européias, portanto, eram bem diferentes do que elas haviam sido no século XIII. As corporações autônomas, núcleos de pesquisa e de ensino, quase sempre dilaceradas por conflitos violentos, porém ricas por seu dinamismo e vida própria, sucederam-se 'centros de formação profissional a serviço dos Estados' (J. Le Goff) e por eles estreitamente controlados. Esses, substituindo progressivamente a Igreja, se dispuseram a fazer verdadeiros sacrifícios para desenvolver e manter as universidades, e não lhes pouparam honras oficiais e bons empregos a seus graduados. Em troca, porém, essas universidades deviam funcionar regularmente, auxiliar a ação dos governos, formar intelectuais (clerics), juristas, médicos competentes, e não se transformarem em palco de desordem intelectual, social, política ou religiosa.

É preciso dizer que muitos universitários aderiram de bom grado a essa transformação do papel social das universidades." (págs. 170-71).

Não podemos esquecer, todavia, que "A maior originalidade das universidades medievais é, talvez, a de ter sido um imenso esforço para transpor a cultura (digamos: certos ramos da cultura) do mundo do ócio culto (e das orações) ao mundo do trabalho. Sem dúvida, pode-se julgar essas universidades em função de sua maior ou menor fidelidade a esse projeto. Projeto de toda forma incompleto, por que não vinha acompanhado de um esforço paralelo que permitisse a ascensão do mundo do trabalho, das 'artes mecânicas', à dignidade da cultura. Porém, da forma como se mostrava, já trazia um grande alcance social: subtraído do ócio dos clérigos (clerics) privilegiados ou dos aristocratas letrados, o ensino se tornava tarefa de especialista, profissão." (pág. 203).

Oportuna, neste momento, a leitura do livro *As universidades na Idade Média*, pois nos faz recordar o tempo da fundação das universidades com destaque para as vicissitudes pelas quais passaram; simultaneamente, essa leitura poderá representar singela homenagem aos nove séculos de vida da Universidade de Bolonha.

ONDE ENCONTRAR

O livro *Les Universités au Moyen Age* pode ser encontrado nas bibliotecas da UNESP dos campus de Presidente Prudente e Franca.

LANÇAMENTOS DE DOCENTES



CONTOS PAULISTAS (Editora Mercado Aberto, 240 páginas, Cz\$ 3.795,00). Vários autores.

Entre os 25 ficcionistas enfeixados neste volume, convivendo em pé de igualdade com renomados autores da literatura brasileira, como Lygia Fagundes Telles, Marcos Rey e Ignácio de Loyola Brandão, estão dois docentes do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCS-E) — campus de Araraquara, Edward Lopes e Wilcon Pereira.

Professor de Semiótica e Linguística do Departamento de Literatura, Edward Lopes assina o conto "Amores". E Wilcon Pereira, professor de Filosofia do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, por sua vez, comparece com a história "A vida como ela é: um vapor na cabeça".

De temática predominantemente urbana, as

narrativas aqui mostradas são uma pequena amostra do verdadeiro caleidoscópio de linguagens e estilos que caracteriza a prosa brasileira contemporânea. Descritos com humor, desdém ou lirismo, o desvario, a sedução, a solidão e as múltiplas formas de violência estão condensados em cada página deste livro.

EDUCAÇÃO FÍSICA E O ENSINO DE 1º GRAU (Editora Pedagógica e Universitária Ltda. — E.P.U. e Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 67 páginas, Cz\$ 3.276,00), de José Guilmar Mariz de Oliveira, Wilson Mariz de Oliveira e Mauro Betti, professor do Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências (IB) do campus de Rio Claro.

O livro faz parte da Coleção "Temas Básicos de Educação e Ensino", que tem por finalidade oferecer subsídios e sugestões para a ação dos educadores em geral, que estão atuando tanto junto a escolas de 1º e 2º graus — incluindo a educação pré-escolar, a educação especial e o ensino supletivo — como nos diferentes escalões da administração dos sistemas de ensino. Servirá também aos professores das disciplinas dos cursos superiores de Pedagogia e das matérias pedagógicas dos demais cursos que

preparam professores para as diferentes áreas do ensino de 1º e 2º graus e aos especialistas de educação.

Educação Física e o Ensino de 1º grau apresenta uma abordagem crítica de alguns aspectos da Educação Física enquanto componente curricular no ensino de 1º grau. Seus autores tratam de assuntos como a conceituação e a importância da Educação Física, a legislação específica e a função e preparação do profissional relacionados com o setor. Paralelamente a essas observações, consideram a realidade dos fatos e analisam como a Educação Física vem sendo considerada e desenvolvida de fato junto ao ensino de 1º grau. Entre os vários fatores que interferem no desenvolvimento de programas de Educação Física nesse grau de escolarização, a preparação do professor de Educação Física é analisada em termos históricos, ideológicos e científicos.

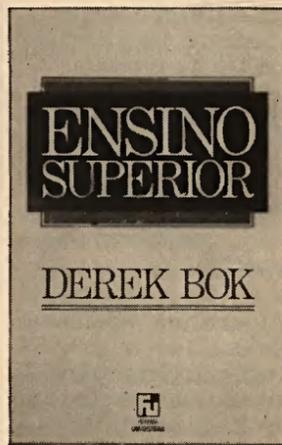


O papel social da universidade

ENSINO SUPERIOR (Editora Forense-Universitária, 231 páginas, Cz\$ 5.600,00), de Derek Bok. Tradução de José Livio Dantas.

Apoiando-se em uma rica experiência como pesquisador e Presidente da Universidade de Harvard e em estudos aprofundados sobre a dinâmica e a estrutura do ensino superior nos Estados Unidos, Derek Bok examina aqui, a partir de um ângulo sociológico e histórico-institucional, o papel social da universidade em nossa época.

Com inúmeros pontos de contato com sua obra anterior, "Para Além da Torre de Marfim: as responsabilidades sociais da universidade moderna", Bok faz, neste livro, algumas indagações



básicas e conclui que o sistema competitivo, característico da educação superior norte-americana, tem contribuído para produzir universidades realmente empreendedoras, adaptáveis e diversificadas.

Além da ênfase tradicional nos programas e currículos, Bok, uma das maiores autoridades mundiais em assuntos relacionados com o ensino superior, sublinha a necessidade de se dar maior atenção ao aprimoramento da eficácia do ensino e da aprendizagem e preconiza algumas providências, inclusive um programa permanente de pesquisa dirigido para avaliação de programas educacionais e métodos de ensino. Segundo ele, somente através da experimentação rigorosa e da avaliação dos próprios esforços poderá a universidade alcançar seu objetivo principal: proporcionar a seus alunos o melhor preparo possível para a vida em um mundo cada vez mais complexo.

C.O. define regras para eleição de reitor

Está desencadeado o processo de sucessão da reitoria da UNESP. Na reunião do Conselho Universitário (C.O.) do dia 24 deste mês serão definidos o calendário eleitoral e os critérios que nortearão a participação da comunidade na escolha. Na oportunidade, uma comissão formada por três representantes de cada segmento apresentará ao C.O. uma proposta de encaminhamento do processo.

O estatuto em vigência não prevê a participação da comunidade. O novo estatuto, já aprovado pelo Conselho Universitário mas que ainda não foi publicado no Diário Oficial (falta passar pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Governador do Estado), prevê a elaboração de uma lista triplíce pelo Colégio

Eleitoral especial constituído pelo Conselho Universitário, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento, com base nas listas triplíce elaboradas pelas Congregações de cada Unidade — ou seja, cada Unidade tem autonomia para definir os seus próprios critérios de escolha. A comissão dos segmentos, porém, poderá vir a propor uma outra alternativa, o que terá de ser feito no dia 24 de novembro. E o C.O. poderá acatar ou não a proposta apresentada, ou mesmo reformulá-la, uma vez que a comissão é de caráter assessor ao colegiado.

GREVE ATRAPALHOU

Formada por representantes indicados

pelas entidades docente, discente e técnico-administrativa, a comissão, constituída em 22 de setembro, teve seu trabalho prejudicado pela greve. Há consenso entre os membros do C.O., no entanto, de que a demora na entrega da proposta não poderá provocar atraso no envio da lista triplíce ao Governador e nem que a eleição seja realizada com a Universidade esvaziada em função do período de fim/início de ano. Assim, segundo a maioria dos conselheiros, a lista terá de ser encaminhada no maior tempo possível anterior ao dia 15 de janeiro, data em que se encerra o mandato do professor Jorge Nagle, afastado da reitoria desde 15 de agosto, quando assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Nova política de salários começa a ser discutida

A greve de docentes e funcionários das três universidades paulistas foi um movimento que obteve conquistas, com resultados positivos que se estendem também para o funcionalismo estadual em geral. A avaliação é da professora Lúcia Helena Lodi, presidente da Associação dos Docentes da UNESP, a última das entidades envolvidas a se definir pela volta ao trabalho.

O fim da greve foi definida na UNESP no dia 17 deste mês, durante um fórum que reuniu a direção central da ADUNESP e nove regionais. "A proposta aprovada foi acatar a deliberação da maioria das assembleias regionais, que optou pelo encerramento da paralisação", informou Lúcia Lodi. No dia 21 os professores voltam às atividades de ensino em todas as Unidades, onde serão definidas as formas de reposição das aulas.

MARCO HISTÓRICO

O movimento, que teve seu início em meados de setembro, se configura, segundo a presidente da ADUNESP, como "um marco na história da UNESP em função de sua duração, adesão e unidade entre os docentes das três universidades". Ela acrescenta que, embora a greve tenha acabado, "há uma forte disposição de continuidade da luta no interior da UNESP. A greve acabou, mas o movimento continua".

Para Lúcia Lodi, o movimento dos docentes, apesar de vitorioso, foi difícil e chegou mesmo a apresentar riscos: "O processo de negociação foi muito tortuoso, complicado", explica. Porém, o saldo foi positivo e com vantagens para todos os funcionários públicos estaduais. No caso, a conquista de reajustes em novembro e dezembro, até então não previstos na política salarial do governo. "Acredito que conseguimos mostrar ao governo que a trimestralidade não atendia às necessidades do funcionalismo", afirmou. "A partir de agora, o reajuste mensal jamais será abolido." Como resultado do movimento, a professora Lúcia Lodi acredita que foi um avanço "mostrar ao governo que uma sociedade democrática pressupõe a negociação entre quem paga e quem recebe salários".

PATRIMÔNIO

A presidente da ADUNESP afirma que o reajuste de 80% em outubro (estavam previstos 70%) e mais os 15% de novembro e de dezembro não satisfaz. Porém, não reside aí a questão fundamental: "Não estou preocupada com o percentual, o importante é a sistemática — e está garantido que, a partir de agora, os reajustes serão mensais", disse.

Outra questão relevante, fruto do movimento, é que os docentes da UNESP, UNICAMP e USP estão atentos também para a preservação dessas universidades, que eles consideram o maior patrimônio cultural e científico do país.

Com o fim da greve, inicia-se o processo de negociação com vistas à definição de uma nova política salarial para as universidades. No dia 22 deste mês, os presidentes das ADs se reúnem com o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo, Paulo Renato Costa Souza, da UNICAMP. E para o dia 25 está marcada a primeira reunião da comissão de política salarial, integrada pelos secretários da Ciência e Tecnologia, Coordenação de Programas e Fazenda, pelos três reitores e pelos presidentes das associações de docentes e de funcionários das universidades.

Comunidade repudia proposta de deputado

A UNESP foi surpreendida por um projeto de lei de autoria do deputado estadual Mauro Bragato (PMDB), apresentado à Assembleia Legislativa no último dia 8 de novembro, com repercussão na imprensa e na própria comunidade. O projeto, de nº 601, prevê a criação da Universidade Estadual do Sudoeste Paulista, com sede em Presidente Prudente, desmembrando dois campus da UNESP: o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), de Presidente Prudente, e o Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP), de Assis, que seriam incorporados à nova universidade.

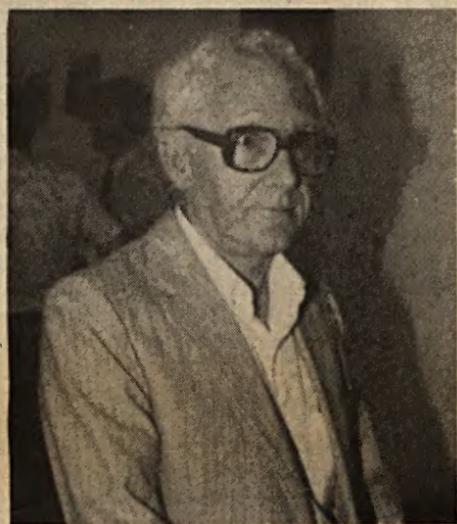
Comporiam ainda o quadro da Universidade Estadual do Sudoeste Paulista as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a de Enfermagem e Obstetrícia, ambas de Adamantina, e a Escola Superior de Agronomia, de Paraguaçu Paulista, todas na região sudoeste do Estado.

REFERENCIAIS ULTRAPASSADOS

Um dos argumentos que acompanha o projeto do parlamentar remete para o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nova Constituição, no qual está o princípio da descentralização das universidades públicas. O texto afirma ainda que a UNESP foi concebida "de forma autoritária, à revelia da comunidade e da vida acadêmica" e que é uma "unidade disforme, tanto do ponto de vista técnico como administrativo".

Para o vice-reitor em exercício, professor Paulo Milton Barbosa Landim, justamente em função da autonomia que a nova Constituição confere às universidades, o desmembramento da UNESP depende exclusivamente do seu Conselho Universitário. Ele sustenta, inclusive, que o deputado não tem consciência da nova situação da UNESP e da mentalidade predominante em toda a comunidade universitária. "O deputado Mauro Bragato está se comportando com base nos referenciais da época em que foi aluno no campus de Presidente Prudente", avalia. "Hoje, a UNESP é outra Universidade e, nos últimos anos, deu um salto para sua plena consolidação".

Além disso, alguns pontos do texto apresentado pelo deputado Bragato são indiscutivelmente contraditórios. Ao mesmo tempo em que critica, por exemplo, a distância e a disparidade geográfica dos campus da UNESP, "espalhados pelos quatro cantos do Estado", não diz como se resolverão os problemas na nova "universidade", que absorverá duas unidades da UNESP, cujo modelo é



Marcos Alegre e Ribeiro Júnior não sabiam que suas unidades poderiam mudar de universidade

considerado "pernicioso e falido". Da mesma forma, argumenta que, ao incorporar as faculdades de Adamantina e Paraguaçu Paulista, que hoje pertencem aos municípios, a universidade teria um "perfil mais abrangente" e "padrões de ensino mais elevados". O texto não explica, entretanto, o que vem a ser um "perfil mais abrangente" nem o que são "padrões de ensino mais elevados", e tampouco esclarece como é possível manter os atuais programas dos cursos e, ao mesmo tempo, alterar o perfil e os padrões de ensino.

INTENÇÕES POLÍTICAS

Na reunião do C.O. realizada no último dia 17 de novembro, as manifestações contrárias ao projeto do deputado Mauro Bragato foram unânimes. O diretor do ILHP — campus de Assis, professor José Ribeiro Júnior, que só tomou conhecimento da proposta pela imprensa, por exemplo, confessou sua indignação: "Fomos tomados inteiramente de surpresa por este projeto que, aliás, envolve diretamente a unidade da qual sou diretor", ele lembra. "O ILHP é uma unidade da UNESP, integrada ao espírito da UNESP, e não tem fundamento algum propor-se, de repente, uma universidade que se destaque do conjunto, sobretudo neste momento em que a UNESP atinge sua consolidação".

Da mesma forma reagiu o diretor do IPEA — campus de Presidente Prudente, professor Marcos Alegre, que também recebeu a notícia do projeto através dos jornais. Para ele, inclusive, é inegável que a proposta esconde intenções políticas: "Ela foi apresentada um pouco

antes das eleições, como um trunfo eleitoral", ele enfatiza. Segundo o professor Alegre, o que se está contestando neste momento é a forma como as coisas foram conduzidas. "Afinal, esse procedimento tem, necessariamente, que passar pela Universidade. E isso não aconteceu. Antes de apresentar o seu projeto, até por uma questão de ética, o deputado deveria ter consultado a comunidade que, inclusive, poderia tê-lo ajudado nas suas pretensões de ampliar o ensino público e gratuito no Estado".

UM ERRO PELO OUTRO

Também entre os estudantes da Universidade o projeto do parlamentar peemedebista não teve boa recepção. Para a maioria deles, além de "escusas intenções eleitoreiras", a proposta é uma ameaça, ainda que velada, ao princípio da autonomia. "O deputado toca, com seu projeto, em uma universidade já estabelecida. E nós estamos fartos de acatar decisões tomadas entre quatro paredes, de cima para baixo", diz Maria Júlia Azevedo Gouveia, aluna do 3º ano de Psicologia do ILHP — campus de Assis, e representante discente no C.O.

Para o aluno do 4º ano de Matemática do IPEA — campus de Presidente Prudente, e também representante do C.O., Leônidas de Oliveira Brandão, a questão é "polêmica" e esconde pelo menos um paradoxo. "Depois de atacar o modelo da UNESP, o deputado Brandão propõe uma coisa muito parecida. Seria justificar um erro pelo outro. Só que a UNESP, nestes 12 anos, conseguiu crescer e se fortalecer e, hoje, é reconhecida e respeitada pela inegável qualidade de seu ensino".



PLANO DE CARREIRA: ESCLARECIMENTOS

O que vem a ser a Lei Complementar nº 556/88 e o Projeto de Lei nº 61/88, em relação à sua aplicação na UNESP?

A Lei Complementar nº 556, de 21.07.88, foi aplicada às universidades mediante Decreto nº 28992/88, o qual fixa novo sistema de retribuição salarial aos servidores técnicos e administrativos anteriormente abrangidos pelas Escalas de Vencimentos 3, 4 e 7.

Com a edição da referida Lei, a partir de 01.07.88, foram criadas as Escalas de Vencimentos de Nível Superior e de Cargos em Comissão, cabendo a cada Unidade, proceder o enquadramento dos servidores abrangidos pelo novo sistema, de conformidade com orientações expedidas pelo OCRH.

O novo sistema de retribuição salarial veio homogeneizar o sistema de cálculos existentes na UNESP, pois com a sua implantação foi extinto o sistema de pontos aplicáveis àqueles servidores. Assim sendo, o cálculo de adicional por tempo de serviço e da sexta-parte passou a ser feito na forma já aplicada ao docente estatutário.

A Escala de Vencimentos de Nível Superior é composta de faixa e nível, e a Escala de Cargos em Comissão, apenas de faixa.

O salário base do servidor é fixado de acordo com a faixa a que corresponder o cargo ou função ou a faixa e nível, quando for o caso.

Com o advento da citada Lei Complementar, os servidores por ela abrangidos não mais serão submetidos ao processo avaliatório anual, instuído pela Lei Complementar nº 180/78.

A referida Lei acabou com o Instituto de Acesso, que é a ascensão profissional resultante da mudança de nível de sua função. Exemplo: Administrador I para Administrador II. No entanto, em substituição ao Instituto de Acesso, criou o

A hipertensão em discussão

O anfiteatro do Instituto de Biociências (IB) — campus de Botucatu, foi palco, no último dia 5 de novembro, do 11 Simpósio de Hipertensão Arterial. O programa do evento, cujo tema central foi "Hipertensão Arterial e Gravidez", contou de quatro conferências, proferidas pelos docentes Francisco Habermann, José Carlos Peracoli, ambos organizadores do Simpósio e professores da Faculdade de Medicina da UNESP (FM), Alvaro Atalah, da Escola Paulista de Medicina (São Paulo), e Soubli Kahale, da Faculdade de Medicina da USP.

Os patrocinadores deste simpósio foram o Centro de Hipertensão Arterial de Botucatu (C.H.A.), os Departamentos de Clínica Médica e de Ginecologia e Obstetria e a própria FM — campus de Botucatu.

ESCANINHOS

ABELHAS — A convite da Organização Internacional de Sanidade Agropecuária (OIRSA), o professor Osmar Malaspina, do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências (IB) — campus de Rio Claro, ministrou um curso sobre "Manejo de Abelhas Africanizadas", de 5 a 20 de novembro, em San José, Costa Rica. O curso destinou-se a engenheiros agrônomos e agricultores.

SENSORIAMENTO — No V Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, realizado em Natal (RN), entre 11 e 15 de outubro último, comemorou-se 20 anos de Sensoriamen-

to Remoto no Brasil. Como reconhecimento por suas atividades desenvolvidas nessa área, o professor Gilberto José Garcia, do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) — campus de Rio Claro, foi homenageado no evento, recebendo uma medalha pelos "serviços relevantes" prestados. A medalha foi concedida pela Sociedade Brasileira de Cartografia.

CONTOS — A revista "Calandrijas", publicação espanhola, editada na cidade de Toledo, tem divulgado os contos do professor Wilton Pereira, do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE) — do campus de Araraquara. Na edição de número 18, de maio deste ano, foram publicados três contos do seu livro "Aventuras de Biúte". Em breve, a revista irá publicar os contos do livro "A Educação pelo Fragmento", que o professor Wilton irá lançar, no próximo ano, pela Editora do Escritor.

MÚSICA — A professora Maria de Lourdes Sekeff, do Departamento de Música do Instituto de Artes do Planalto (IAP) — campus de São Paulo, irá ministrar a disciplina "Música, Linguagem Intersemiótica", de 16 de novembro a 1º de dezembro, na Universidade Federal do Maranhão. A disciplina será dada em 45 horas aos alunos do curso de Atualização em Artes Plásticas.

processo seletivo especial para fins de promoção, cuja regulamentação ainda não foi editada pela Secretaria de Administração do Estado.

O Decreto nº 28992/88 faz as adequações necessárias em relação ao rol de funções das Escalas de Vencimentos 3, 4 e 7 a que se refere o Decreto 24010/85. Assim, para que o servidor conheça sua nova situação funcional deverá verificar os anexos constantes do Decreto nº 28992/88.

Convém esclarecer que o referido Decreto veio evidenciar que a função de Chefe Administrativo de Serviço, atualmente denominada Supervisor Administrativo de Serviço, é em comissão, fato este que motivou inclusive o 1º Encontro de Chefes Administrativos de Serviço, realizado no dia 20.10.88 em Botucatu, onde foi apresentada uma série de reivindicações da categoria, as quais estão sendo estudadas pelo OCRH para posterior encaminhamento.

Para o enquadramento na Lei Complementar nº 556/88 será respeitado o nível de acesso para as funções que pertenciam à série de classes. O valor do RAA deverá ser computado para efeito de apuração do enquadramento nos termos da citada Lei Complementar, por se tratar de uma vantagem pecuniária de natureza não eventual.

O Projeto de Lei nº 61, publicado no DOE de 08.11.88, fixa novo sistema de retribuição salarial aos servidores técnico-administrativos anteriormente abrangidos pelas Escalas de Vencimentos 1, 2 e 6, de cujo Projeto participaram também representantes da área de recursos humanos das universidades.

Com o citado Projeto estão sendo instituídas as seguintes Escalas de Vencimentos: de Nível Básico, de Nível Médio e área Saúde Nível Básico e área Saúde Nível Médio, as quais serão aplicadas no âmbito desta Universidade, mediante Decreto específico.

Direitos trabalhistas e Constituição. Tema deste debate.

Buscando esclarecer as inovações e debater os pontos mais polêmicos da nova Constituição, no que se refere às leis trabalhistas, a Reitoria promoveu, nos últimos dias 4 e 11 de novembro, uma palestra em torno do tema "Os direitos trabalhistas frente à Constituição".

Sob a coordenação do professor Nelson Mannrich, do Departamento de Direito da Faculdade de História, Direito e Serviço Social — campus de Franca, a palestra reuniu, no primeiro dia, cerca de 45 participantes, na maioria funcionários da Reitoria — Assessoria Jurídica, Secretaria Geral, Departamento Pessoal, CAGE, CAE, CPRT e Gabinete, além de representantes da Fundunesp, Vunesp, IFT e Fatec.

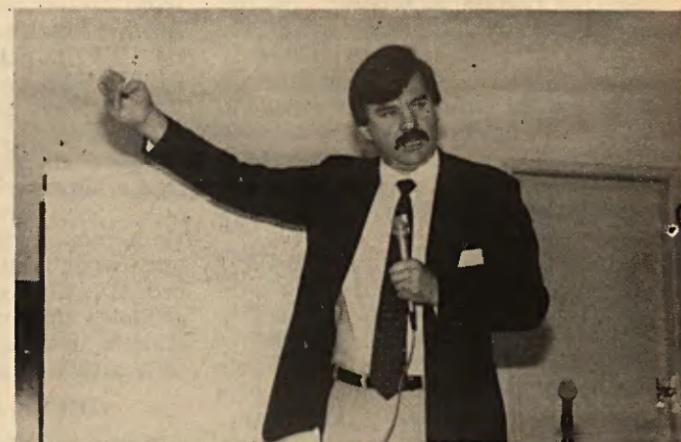
De acordo com o professor Mannrich, não se pode negar que a nova Carta representa um grande avanço nas questões trabalhistas, mas, segundo afirma, isso não deveria ocorrer através da Constituição. "Quando a Constituição começa a substituir as negociações coletivas, elas se enfraquecem e as normas se tornam artificiais. O amadurecimento nas relações trabalhistas não depende do Estado, que deve apenas tutelar a Ordem Pública", ele pondera.

MULHER E MENOR

Na avaliação do professor Mannrich, os maiores avanços da Carta dizem respeito à condição da mulher e do menor. Neste aspecto, a nova Constituição prevê a idade de 14 anos como limite mínimo para o ingresso no mercado de trabalho e mantém, como já constava na Constituição anterior, a proibição de trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos menores de 18 anos.

Com relação à mulher, sempre de acordo com o professor, ficam extintas quaisquer discriminações de seu trabalho com relação ao do homem, ficando prevista a proteção apenas nos casos de amamentação e gestação. O destaque fica para o fim da restrição às horas extras e ao trabalho noturno da mulher. "Com a nova Carta, foi proclamada a igualdade do homem e da mulher, tanto em direitos quanto em obrigações", explica Mannrich.

Além disso, a licença maternidade foi ampliada de 84 para 120 dias, mas, por enquanto, fica a critério do empregador o pagamento da totalidade dos dias. O professor Mann-



Mannrich: Igualdade trabalhista para o homem e mulher

rich explica que, sendo este um benefício previdenciário, isto é, pago pelo empregador e posteriormente reembolsado pela Previdência Social, ele depende de uma fonte de custeio a ser criada por uma legislação específica. "Mas as empresas estão dispostas a pagar, tentando, posteriormente, ressarcir-se da diferença junto à Previdência", explica.

No caso de licença paternidade, ao contrário, o direito é exigível imediatamente, por tratar-se de ampliação de uma hipótese de falta legal prevista pela CLT. O artigo que previa a ausência do empregado por apenas um dia, quando do nascimento do filho, agora prevê cinco dias.

OUTRAS MUDANÇAS

Outro ponto destacado no debate foi a extensão do FGTS para todos os empregados regidos pela CLT, inclusive os rurais e os avulsos. A Constituição prevê ainda a indenização em decorrência de dispensa arbitrária ou sem justa causa de 40% do montante em depósitos, da correção monetária e dos juros capitalizados, dos depósitos não efetuados bem como dos decorrentes de verba salarial devida na rescisão. "Mas não sabemos ainda se haverá normas para especificar o que é uma dispensa arbitrária ou não", ressalva o professor.

O aviso prévio e a jornada de trabalho também sofreram alterações. O primeiro passo de um mínimo de 8 dias para 30 dias, e a jornada de trabalho foi imposto um limite de 44 horas semanais e, para os turnos ininterruptos de revezamento, de 6 horas diárias.

Os dois últimos pontos abordados no debate foram o percentual de remuneração da hora extra, agora fixado em 50%, e uma novidade no que diz respeito às férias: com a nova Constituição, passa a ser direito do trabalhador ter acrescido em seus vencimentos um terço de seu salário.

Jornada Científica premia IQ

Dois alunos do Instituto de Química (IQ) — campus de Araraquara, Marcos Antonio Matheus e Edson Pecoraro, tiveram seus trabalhos classificados na 1ª Jornada de Iniciação Científica do 28º Congresso Brasileiro de Química, realizado em Porto Alegre entre os dias 24 e 28 de outubro último, com promoção da Associação Brasileira de Química.

Na ocasião foi apresentado um total de 63 trabalhos, oito deles provenientes do IQ, pioneiro na inclusão da disciplina de Iniciação à Pesquisa Científica no currículo do curso de Química. Para o diretor do IQ, professor Antônio Carlos Massabni, a 1ª Jornada de Porto Alegre foi um grande incentivo aos alunos que cursam a disciplina de Iniciação à Pesquisa Científica. "No final do curso, os alunos desenvolvem uma

monografia e apresentam publicamente o seu trabalho que, depois, é submetido a uma apreciação. Muitos desses trabalhos são complementados e aperfeiçoados pelos alunos na pós-graduação", explica Massabni.

Edson Pecoraro apresentou o trabalho "Preparação e Caracterização de Silica a Partir de Silicatos Solúveis", realizado sob a orientação da professora Marian Rosaly Davolos, do Departamento de Química Geral e Inorgânica, e conquistou o segundo lugar do concurso. Marcos Matheus, por sua vez, compareceu com o trabalho "Propriedades Elétricas de SnO₂ dotado com Nb₂O₅ e Bi₂O₃", orientado pelos professores Wanda Cecília Las, José Arana Varela e Celso Santilli, todos do Departamento de Físico-Química.

FCF terá curso de pós-graduação em Nutrição

A Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) do campus de Araraquara terá, a partir de agosto do próximo ano, o seu primeiro curso de pós-graduação. Implantado no dia 28 de outubro, o curso "Alimentos, Alimentação e Nutrição" terá duas áreas de concentração: Ciência dos Alimentos, com sete vagas, e Economia e Planejamento em Nutrição, com três vagas, em Mestrado. O funcionamento do curso será *interna corporis*, dependendo ainda de credenciamento pelo Conselho Federal de Educação.

Além dos professores da FCF, participarão do curso de pós-graduação docentes da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal, do Instituto de Biociências e Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu, da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP e da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP. Além disso, o novo curso terá ainda a participação dos docentes do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCSE) ligados ao Departamento de Economia.

De acordo com a professora Maria Cristina Rolfsen Belda, do Departamento de Alimentos e Nutrição da FCF, a criação deste curso representa uma inovação no país. "A contribuição destes docentes será extremamente importante, principalmente para a área de concentração Economia e Planejamento em Nutrição. A área vai atender uma nova demanda, pois há muitas deficiências e nenhum profissional com essa formação", ela afirma.

Os profissionais formados poderão atuar nas áreas de controle químico-físico e microbiológico dos alimentos, controle de qualidade, tecnologia dos alimentos, bioquímica e economia e nutrição, entre outras atividades.

As inscrições poderão ser feitas de 3 a 14 de abril e o exame de seleção para as duas áreas será nos dias 29, 30 e 31 de maio. Os resultados serão divulgados até 12 de julho e os candidatos aprovados terão do dia 15 ao dia 21 de julho para efetuarem suas matrículas.

Neste simpósio, a AIDS em discussão

A Comissão dos Poderes Públicos sobre AIDS realizará, no próximo dia 1º de dezembro — Dia Internacional da AIDS —, o 2º Simpósio dos Poderes Públicos da AIDS, no Anhembi, Feiras e Congressos. A finalidade do encontro, segundo o Coordenador da Comissão, dr. Paulo Augusto Ayrosa Galvão, é "discutir as propostas de segmentos representativos da sociedade, sem distinção de ideologia política ou religiosa, somando o que cada grupo tem a contribuir nesse trabalho médico-social".

O 2º Simpósio será desenvolvido em fóruns de debates abertos para a discussão de temas como "Aspectos Educacionais, Preventivos e Assistenciais" e "Participação Social", entre outros. As mesas serão divididas por grupos afins e terão um moderador, que apresentará as propostas enviadas, dois relatores e cinco técnicos das diversas áreas, para esclarecimento de eventuais dúvidas dos participantes.

Universidade cria Centro de Rádio e TV

Com o objetivo de contribuir com a difusão cultural e educativa no Estado, a UNESP passará a contar com um Centro de Rádio e Televisão Universitária. A criação desse Centro foi efetuada por resolução do vice-reitor em exercício, professor Paulo Milton Barbosa Landim, publicada no Diário Oficial do último dia 4 de novembro. O Centro ficará ligado à Reitoria e terá sua sede no campus universitário de Bauru, onde é oferecido o curso de Comunicação Social.

A idealização do Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa iniciou-se em 1983, mas a solicitação oficial pa-

ra sua criação junto ao Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) do Ministério das Comunicações só aconteceu no dia 29 de setembro deste ano. A partir daí, a UNESP recebeu, do Ministério das Comunicações, a concessão, por dez anos, do canal de radiodifusão em frequência modulada, podendo a Rádio Universitária UNESP operar em 105.9 MHz. A classificação técnica dada pelo DENTEL a esse canal é "educativo classe especial".

A emissora, de frequência modulada, irá operar inicialmente com 1.000 watts de potência e, através do sistema de retransmissão, poderá ser sintonizada pela

população local e regional e também por parte da comunidade da Universidade, nos campus de Araraquara, Botucatu, Marília, Assis e Bauru.

O processo de solicitação do canal de televisão, que também será sintonizada nas cidades da região, está sendo preparado e deverá ser encaminhado à Fundação Brasileira de Rádio e Televisão Educativa (FUNTEVÊ), em janeiro de 1989. Este canal deverá retransmitir a programação da FUNTEVÊ (com sede no Rio de Janeiro), formada basicamente por programas educativos, e será complementada com uma programação local e regional.

Programa de "vales" para docentes e funcionários

A partir do mês de novembro, os funcionários técnicos e administrativos e os docentes de toda a Universidade passarão a ter direito aos programas "vale-transporte" e "vale-refeição". Após aprovação pelo Conselho Universitário, em julho último, os dois programas passaram a ser estudados por uma comissão responsável pela elaboração de suas normas. Concluídos os estudos, os benefícios foram efetivamente instituídos, através de portaria do dia 10 de novembro, do vice-reitor em exercício, professor Paulo Landim.

Serão beneficiados pelos programas 87% dos servidores técnicos e administrativos e 23% dos docentes (em RDIDP) que tiverem remuneração mensal de até seis pisos salariais do Estado (atualmente Cz\$ 314,940). Serão fornecidos aos funcionários que se enquadrarem nas normas acima 44 vales-trans-

porte por mês, de acordo com o preço da passagem da região, e 22 vales-refeição, também mensais, no valor de Cz\$ 470. Para ambos os programas, há um índice de reembolso pré-estabelecido. (Veja tabela abaixo)

Para o vice-reitor em exercício, os dois programas são soluções muito específicas para o caso da UNESP, que tem a característica de ser dividida em vários campus. "Tanto o fornecimento de transporte como um restaurante central seriam inviáveis, por isso temos que propor soluções que se adaptem à nossa realidade", afirma.

AUXÍLIO-GRADUAÇÃO

Com o objetivo de incentivar os servidores à realização de cursos de nível superior, visando à melhoria do quadro funcional da Universidade, foi instituído

também, a partir de novembro, o "auxílio-graduação". O programa beneficiará 270 servidores carentes, de toda a Universidade, que estudem em escolas particulares. Esses funcionários passarão a receber o auxílio de Cz\$ 8.000, que será reajustado de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.

Segundo o professor Paulo Landim, "enquanto não dispusermos de um órgão de Recursos Humanos que possibilite o treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários, esse programa os auxiliará para que possam fazer um curso de graduação". Para determinar se o funcionário tem ou não direito a esse benefício, foram adotados critérios como renda familiar, aproveitamento escolar e se é seu primeiro curso superior. A seleção é feita anualmente, para cada exercício, e a próxima está prevista para o mês de janeiro.

Cresce procura por vagas na UNESP

As inscrições para o vestibular da VUNESP — Fundação para o Vestibular da UNESP —, encerradas no último dia 24 de outubro, mostraram um significativo aumento do interesse dos candidatos pela escola pública. O número de candidatos às vagas oferecidas pela UNESP no vestibular 89 é 23% maior do que em 88.

Segundo o professor Carlos Felício Vanni, diretor-presidente da VUNESP, o aumento do número de inscritos deve-se principalmente a dois fatores: "Primeiro, pela integração ao nosso vestibular do novo campus de Bauru, onde os inscritos ultrapassaram 6.500. Em segundo lugar, pela criação de novos cursos, que foram responsáveis por mais 2.200 candidatos", explica Vanni.

Por outro lado, o professor argumenta que a diminuição, em cerca de 2,8%, no total de inscritos para a VUNESP — que realiza também os vestibulares de oito escolas particulares — deve-se sobretudo à saída da Universidade de Guarulhos e ao desinteresse dos vestibulandos pelas escolas particulares.

Para o vestibular 89, os inscritos para a UNESP distribuíram-se da seguinte forma: 17.028 para a área de Ciências Biológicas, 7.432 para a de Ciências Exatas, e 7.901 para a de Humanidades, somando 32.361 candidatos contra os 24.851 do último vestibular. O curso de maior procura foi o de Medicina, com 4.313 inscritos, apresentando uma relação candidato/vaga de 47,93%.

Piso salarial do Estado	Custo do vale para o serv./func.
Até 1 (um)	2% do valor do vale
acima de 1 (um) até 2 (dois)	4% do valor do vale
acima de 2 (dois) até 3 (três)	6% do valor do vale
acima de 3 (três) até 4 (quatro)	8% do valor do vale
acima de 4 (quatro) até 5 (cinco)	10% do valor do vale
acima de 5 (cinco) até 6 (seis)	12% do valor do vale

AGENDA

BOTUCATU

- 5 a 10/12. Apresentação de Corais, no IB. Promoção da Comissão Setorial de Atividades Culturais.
- 12 a 17/12. Show Musical, no IB. Promoção da Comissão Setorial de Ativi-

dades Culturais.

PRESIDENTE PRUDENTE

- 10/12. "Retrato de Brasil: Vida Bandida — Mostra de Audiovisual". Promoção do Departamento de Educação.

ANOTE

SIMPÓSIO — O Instituto de Biociências (IB) — campus de Rio Claro —, irá realizar, nos dias 27, 28 e 29 de abril do próximo ano, o II Simpósio Paulista de Educação Física. A promoção do evento é do Departamento de Educação Física, e a coordenação, do professor José Maria de Camargo Barros. Da programação constam mesas-redondas, conferências e apresentação de temas livres. Informações: Av. 24-A, n.º 1515 — Bairro Bela Vista — CEP 13500, Rio Claro (SP) — Fones: (0195) 34-0244, ramais 40 e 41.

LOGOTIPO — A Sociedade de Ecologia do Brasil está promovendo um concurso para a criação de um logotipo da entidade. Os interessados deverão enviar o projeto gráfico para a secretaria da Sociedade, em nome da professora Sâmia Maria Tauk, do Departamento de Ecologia do IB — campus de Rio Claro. Endereço: Caixa Postal 178 — CEP 13500 — Fone: (0195) 34-0244. Um dos prêmios será a concessão do título de sócio honorário da Sociedade.

Tudo pronto para a implantação do CEMEQ

Devido ao inevitável desgaste sofrido pelos equipamentos da Universidade em anos de uso intenso e com a ausência de verbas para sua substituição ou manutenção, a Reitoria criou, em outubro de 1986, um grupo com o objetivo de avaliar as reais condições dessa aparelhagem. Denominada de 1ª Comissão de Equipamentos e integrada por cinco docentes de diversos campus, o grupo visitou as 24 unidades da UNESP, distribuídas por 15 cidades, com a missão de realizar um levantamento detalhado das necessidades de manutenção ou aquisição de novos aparelhos.

Constatada a gravidade da situação, a comissão partiu, então, para a criação de um centro de manutenção. Para isso, formou-se um outro grupo — Comissão para Assuntos de Manutenção de Equipamentos —, que, de posse de um levantamento dos equipamentos cadastrados nas unidades universitárias feito pelo Serviço de Patrimônio da Reitoria e baseado na experiência anterior da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá e do Instituto de Biociências de Botucatu, elaborou o Projeto de Implantação do Centro de Manutenção de Equipamentos de Ensino e Pesquisa da UNESP — CEMEQ.

Após diversas reuniões com a Assessoria Técnica de Gabinete, para que se definissem detalhes de seu funcionamento, o Projeto finalmente foi concluído. E, para que seja implantado, falta somente a nomeação de um coordenador, a ser feita pelo reitor. “Nos primeiros seis meses, vamos trabalhar apenas numa central, a ser criada em São Paulo. Depois, baseados nessa experiência, daremos prosseguimento ao projeto total”, explica o professor João César Bedran de Castro, da Faculdade de Odontologia — campus de Araçatuba, um dos integrantes da comissão.

O Projeto de Implantação do CE-



A Comissão discute detalhes do projeto

MEQ prevê quatro Núcleos de Manutenção — NEMEQs, estrategicamente distribuídos pelo Estado: no distrito Sul, com sede em Botucatu, no distrito Norte, com sede em Araraquara; no distrito Leste, com sede em Guaratinguetá; e nos distritos Oeste e Noroeste, com sede em Araçatuba. Essa divisão, de acordo com o professor Bedran, visa facilitar o acesso a todos os campus da UNESP e privilegiar as regiões com maior número de equipamentos.

INDEPENDÊNCIA TÉCNICA

Além da manutenção dos equipamentos da Universidade, o CEMEQ responderá por diversas outras atividades, como a análise de destinação de recursos orçamentários aplicados à manutenção, a supervisão da execução de contratos de manutenção, acompanhamento, aprovação do recebimento e instalação de equipamentos, apresentação de parecer técnico na aquisição de equipamentos, organização de um serviço de manutenção preventiva e corretiva e a promoção

de cursos e treinamentos para a capacitação de recursos humanos.

Como explica o professor Wanderley José de Mello, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias — campus de Jaboticabal, também integrante da comissão, é de extrema importância a criação de uma equipe técnica especializada nos equipamentos da Universidade. “Apesar de existir áreas em que o treinamento é demorado, devido à especificidade do equipamento, o ideal é que a Universidade se torne o mais independente possível em termos de manutenção”, diz. Segundo o professor, a manutenção é feita hoje de forma descentralizada e cada unidade providencia os reparos de que necessita. “Refazer um parafuso quebrado ou consertar um regulador de voltagem, por exemplo, são trabalhos simples, que os técnicos locais podem realizar, mas isso não representa nem 10% das necessidades da Universidade”, ele avalia.

Quando a manutenção envolver equi-

pamentos menos sofisticados, como um ar condicionado, não será necessário treinar mão-de-obra, como explica o professor Bedran. “Nestes casos, serão contratados profissionais com os salários de mercado. Mas o Centro se ocupará também dos casos mais específicos, como microscópios, centrífugas ou balanças de precisão que, na realidade, somam 90% dos nossos equipamentos”, diz. O professor Bedran afirma ainda que estudos realizados anteriormente indicam que grande parte dos problemas, normalmente repassados a terceiros, podem ser resolvidos pelo CEMEQ. “Em casos assim é que a Universidade é lesada, já que as empresas de manutenção cobram um preço bastante elevado por se basearem no nível de tecnologia que possuem e que, muitas vezes, não é necessário para pequenos reparos”, afirma.

Um outro problema a ser solucionado pelo CEMEQ será o dos equipamentos adquiridos pela Universidade através de convênios. Muitos desses equipamentos nem chegam a deixar as embalagens, por apresentarem defeitos, por falta de assistência para sua instalação, por falta de funcionários especializados para sua operação ou mesmo porque são inadequados aos departamentos a que se destinam. Nestes casos, como explica o professor Bedran, cada problema será examinado separadamente e, após uma rigorosa triagem, os equipamentos definitivamente desativados serão transformados em fonte de reposição de peças. “Para evitar este tipo de problema, o CEMEQ poderá vir a funcionar também como uma espécie de assessoria nas futuras aquisições, pois mesmo que o docente tenha consciência de sua necessidade em termos de equipamentos, às vezes não tem o conhecimento técnico necessário para fazer a melhor escolha”, conclui.

Inaugurado pólo computacional na Reitoria

Concluindo a fase inicial do Plano Diretor de Informática da UNESP, que previa a instalação dos pólos computacionais em todos os campus universitários e na Reitoria, foi inaugurado, no último dia 9 de novembro, pelo vice-reitor em exercício, Paulo Landim, o Centro de Processamento de Dados da Reitoria — CPDR. O pólo da Reitoria é o de maior porte, equivalente apenas ao instalado no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu.

O equipamento é composto por um supermini ABC 2000/10, com dois Winchester de 500 megabytes, duas unidades de fita de 800/1600 bytes por polegada, CPU com quatro megabytes de memória e uma impressora com produtividade de mil linhas por minuto. Fazem parte ainda do CPDR um “pool” de dez terminais, que ficarão à disposição dos funcionários da Reitoria. Além desses terminais, mais treze serão incorporados ao “pool”, para uso do CGI, Secretaria Geral, APLO, Gabinete, Seção de Pessoal e outros.

Segundo o diretor do CGI, Paulo Moraes, o pólo da Reitoria será o responsável por todo o processamento administrativo, inclusive a folha de pagamento que, atualmente, é feita pela Prodesp. A



O professor Landim, no CPDR: agora, o Plano Piloto

UNESP, outra usuária dos serviços da Prodesp, também passará boa parte de seu trabalho para o CPDR. O cadastro dos inscritos, o processamento da correção das provas e a classificação e alocação dos candidatos às vagas serão feitos pelo Centro, já no vestibular/89.

PLANO PILOTO

O próximo passo será a implantação do Plano Piloto, que prevê a interligação do pólo da Reitoria ao de Botucatu e ao de São José do Rio Preto. “Já adquirimos alguns equipamentos necessários, faltando obter as linhas junto à Embra-

tel, o que está previsto para, no máximo, o mês de janeiro”, afirma Paulo Moraes. “Depois de concluído o Plano, a ligação dos demais pólos será simples, dependendo apenas da obtenção das linhas”, completa o diretor do CGI.

O supermini do CPDR poderá, em breve, ser substituído por outro equipamento, de maior desempenho. “Neste caso, o computador será transferido para o campus de Bauru, que não foi incluído no Plano Diretor por não fazer, na época, parte da Universidade, estando somente na dependência de instalações adequadas para recebê-lo”, conclui Moraes.

Plano de informática entra em nova fase

Com a implantação de todos os pólos computacionais nos campus, começa agora uma outra fase do Plano Diretor de Informática. Com o objetivo de dotar os departamentos da Universidade com microcomputadores, estão sendo alugados, através da FUNDU-UNESP—Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 100 conjuntos da Itautec Informática S/A. Os cinquenta primeiros micros acabam de chegar às unidades e o restante está sendo esperado para o mês de dezembro.

Cada PC 286 (compatível com o IBM-PC AT) possui duas unidades de disco, memória de 704 Kbytes, além de vir acompanhado de um monitor de vídeo e por uma impressora Rima. Os usuários terão à sua disposição também o software operacional Sisne Plus, o de planilha eletrônica Calctec e o processador de texto Redator/PC.

A distribuição dos 100 micros será baseada em três critérios: a porcentagem dos docentes da unidade em relação ao total da Universidade; a porcentagem dos docentes em RDIDP em relação ao total da Universidade e o número referente a 60% dos departamentos da unidade. O menor índice dos três será o correspondente ao número de micros que a unidade receberá. Porém, se esse número for menor que a metade dos departamentos da unidade, haverá o acréscimo de um micro.

Os diretores serão os responsáveis pela distribuição em sua unidade, devendo informar quais os departamentos que receberão os micros ao diretor da FUNDUUNESP, Nilo Odália, para que se proceda à entrega.